

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Juízes, CUT e CGT pedem um sistema de transição



Fotos: Márcia Kollme

■ Apelo foi feito em audiência pública da Comissão de Justiça sobre proposta

Representantes de juízes e os secretários-gerais da CUT, João Felício, e da CGT, Canindé Pegado, pediram aos senadores que implantem um regime de transição entre o atual e o novo sistema de Previdência previsto na reforma. Já o relator da proposta, senador Tião Viana, admitiu mudanças nos subtetos salariais dos estados. Ele prevê para novembro a votação final da reforma no Senado.

Página 3

DEBATES Edison Lobão (C) presidiu ontem a audiência pública sobre mudanças na Previdência. Senadores prosseguem discussões hoje



Senadores apontam liderança do Brasil na OMC

Subsídio agrícola dos países ricos é condenado por Jonas Pinheiro, Renan Calheiros, Hélio Costa, Osmar Dias e Pedro Simon.

Página 4



Gerardo Magela

O presidente do Senado, José Sarney, compareceu ontem à inauguração do Museu Histórico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A mesa (foto) onde morreu a secretária Lyda Monteiro durante o atentado de 1980, no Rio de Janeiro, ocupa lugar de destaque como símbolo de repúdio ao terrorismo.

Página 5



Suplicy apóia defesa de Arafat

Senador parabeniza a posição do governo brasileiro.

Página 5

Duciomar cobra política para a Amazônia

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) defendeu a adoção de uma política ecológico-ambiental para a Amazônia, "em que

o homem esteja incluído como elemento prioritário". Segundo disse, é preciso preservar o meio ambiente brasileiro, mas com objetivos e metas não utópicos, equilibrados e adequados à realidade amazônica e à sua necessidade de desenvolvimento.

Duciomar citou artigo publicado no jornal paraense *O Liberal*, de autoria do economista Armando Soares, que destaca o agravamento de problemas sociais na Amazônia, dada a disparidade entre o crescimento demográfico e o econômico.

Referindo-se ao "círculo vicioso da pobreza", identificado pelo economista Gunnar Myrdal, o articulista diz que esse só pode ser rompido com vontade política e um programa que priorize investimentos em educação e saúde, explorando recursos naturais abundantes, dominando tecnologias de manejo florestal e de consorciamento de produtos agrícolas com a floresta, e com um eficiente sistema de transportes – assinalou.

Para o senador, a pobreza não é um fator que estimule a preservação ambiental.

De um povo depauperado não se pode exigir consciência ecológica ou preservação do meio ambiente – observou.

José Cruz



Pobreza dificulta preservação, afirma Duciomar

Agenda



Projeto sobre Ano da Mulher na pauta de hoje

Os senadores devem examinar na sessão de hoje, a partir das 14h30, o Projeto de Lei da Câmara nº 43/03, que institui 2004 como o Ano da Mulher. Também ocorre a terceira e

última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/99, que acrescenta, entre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade.

Embaixador da Ucrânia será recebido por José Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h, o embaixador da Ucrânia, Yurii Bogaievsky. Na parte da tarde, às 15h, Sarney conversa com Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio de São Paulo, e às 15h30 dirige os trabalhos em Plenário.

Subcomissão da Amazônia pode ouvir Celso Amorim

A Subcomissão Permanente da Amazônia se reúne a partir das 10h para votar requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) – foto – convocando o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para falar sobre o Tratado de Cooperação



Amazônico (TCA). Às 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) faz sabatina com o indicado ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Francisco Oliveira Filho, além de votar proposições.

Nicéa Camargo falará aos integrantes da CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, que apura as responsabilidades sobre a evasão de divisas do

Brasil, por meio das chamadas contas CC5, ouve hoje, a partir das 11h, o depoimento de Nicéa Camargo, ex-mulher do ex-prefeito

de São Paulo Celso Pitta. A CPI é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Orçamento realiza audiência com ministro Guido Mantega

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, é o convidado da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para falar sobre os projetos da Lei Orçamentária Anual para 2004 e do Plano Plurianual para 2004/2007. A comissão, presidida pelo

senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) – foto –, se reúne a partir das 15h. Antes da audiência pública, o colegiado deve examinar projetos que concedem crédito suplementar e avisos de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União.



Desenvolvimento regional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, às 10h, Projeto de Lei do Senado nº 9/99, que estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Às 11h, se reúne a Comissão de Educação (CE) para votar o PLS nº 198/01, que institui o Programa Nacional de Bolsa de Estudos para alunos do ensino superior privado.

Reforma da Previdência na CCJ

Após a ordem do dia, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove hoje audiência pública para discutir a PEC nº 67/03, que trata da reforma da Previdência. Ontem foram ouvidos pelo colegiado dirigentes de duas centrais sindicais e representantes de servidores públicos e aposentados.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Pinheiro

APOIO Noroeste do estado tem baixo IDH e deve receber incentivos, defende Crivella

Crivella: Rio arrecada muito e recebe pouco

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) voltou a pedir mudanças na distribuição da arrecadação tributária de modo a corrigir o que considera uma grave distorção: a pequena participação do estado do Rio de Janeiro diante da soma de tributos federais arrecadados em solo fluminense. Dados apresentados ontem pelo senador indicam que, nos anos de 2001 e 2002, o estado foi o único a receber menos de 5% do total recolhido para os cofres da União.

Em 2002, a arrecadação subiu de R\$ 30 bilhões para R\$ 40 bilhões, mas o Rio recebeu menos de 3%. Meu estado foi punido por ter aumentado a arrecadação e, nesses dois exercícios, foi o mais prejudicado, apesar de ser o segundo maior arrecadador. É uma afronta ao equilíbrio federativo – afirmou.

Incentivos

Crivella se disse favorável à concessão de incentivos para a região noroeste fluminense, a exemplo do que se pretende fazer, com a reforma tributária, para o semi-árido nordestino. Naquela região, segundo o senador, observa-se índice de desenvolvimento humano mais baixo que em áreas do sertão nordestino. Crivella pediu solidariedade para com o Rio, "estado que sempre se orgulhou de abrir os braços e dar condições melhores aos retirantes nordestinos".

A participação do Rio de Janeiro em fundo destinado ao desenvolvimento das regiões mais pobres do país não deverá representar prejuízos para o Nordeste, frisou o senador, uma vez que o noroeste fluminense tem apenas 300 mil habitantes, quase o mesmo que a região do Vale do Jequitinhonha, e o cálculo dos incentivos tem por base as populações.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

GARANTIA Para Mozarildo, os funcionários dos ex-territórios não podem ser prejudicados

Mozarildo quer proteção a servidores

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) anunciou que apresentará emenda à proposta de reforma previdenciária para retirar dos efeitos da proposta os servidores públicos dos quadros dos ex-territórios da República, que se transformaram em estados com a Constituição de 1988.

Ele explicou que esses funcionários já são discriminados, não recebendo os mesmos aumentos dos servidores dos novos estados.

Mozarildo lembrou que os quadros de funcionários dos ex-territórios do Amapá, Roraima, Rondônia e do ex-Distrito Federal estão em extinção, e não podem receber novos servidores quando os atuais morrerem ou se aposentam. Esses trabalhadores, acrescentou, também já foram prejudicados com a perda de vantagens e progressões, e devem, justificou, ficar de fora da reforma porque “não é possível tratar igualmente os desiguais”.

Para Mozarildo, há “injustiças gritantes” na reforma previdenciária. É o caso, afirmou, da propaganda do governo responsabilizando o servidor público pelo rombo nas contas da Previdência. O governo também nada fala, acrescentou, sobre os milhões de aposentados do campo que, sem terem feito qualquer contribuição, recebem aposentadorias.

– A medida até pode ser socialmente justa, mas gera desequilíbrio de contas – comentou.

Em aparte, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) também ressaltou o caráter excepcional dos servidores dos ex-territórios, lembrando que são cargos em extinção e, portanto, com despesa decrescente para os cofres públicos.

Juízes, CUT e CGT propõem fase de transição na reforma da Previdência

Sugestão é apresentada em audiência promovida pela Comissão de Justiça do Senado

Na segunda audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discutir a reforma previdenciária, representantes de juízes e os secretários-gerais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) pediram aos senadores que implantem um sistema de transição entre o atual modelo de Previdência e o novo sistema em discussão. Sem a transição, afirmaram, haverá aumento de idade, em sete anos, para quase todos os servidores públicos se aposentarem.

– A mudança que se quer é muito pesada e vai pegar a quase totalidade dos servidores,

especialmente os estaduais e municipais. Para se ter uma idéia, uma servidora que ganha na ativa R\$ 720 vai receber na aposentadoria só R\$ 374. A imprensa só fala em tetos salariais de R\$ 17 mil, mas isso pega só uma minoria insignificante – disse o secretário-geral da CUT, João Antônio Felício.

Para o secretário-geral da CGT, Canindé Pegado, a inexistência de uma transição significa “que o governo não está respeitando direitos adquiridos”. Ele defendeu a unificação do Regime Geral de Previdência (RGP) e o sistema dos servidores públicos, com teto de 20 salários mínimos (R\$ 4.800).

Direito

Já o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, Cláudio Baldino Maciel, leu o artigo 8º da Emenda Constitucional 20, de 1998, que instituiu a reforma previdenciária no governo Fernando Henrique. Conforme o texto, “é assegura-

do o direito à aposentadoria voluntária” a quem completar 53 anos (homem) ou 48 (mulher) e comprovar 35 anos (homem) e 30 anos (mulher) de contribuição.

– Por isso, há risco de parte da reforma da Previdência ser considerada inconstitucional – acentuou Cláudio Maciel.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), discordou das sugestões de uma fase de transição “para quem ganha bem”. Caso a proposta seja adotada, “haverá professor universitário se aposentando com pouco mais de 53 anos, o que é inaceitável”, sustentou. Ele considerou “simpática” a idéia do secretário-geral da CUT de flexibilizar a situação para os funcionários públicos “de baixos salários”. Mercadante ponderou que o assunto “tem de ser discutido com os governadores”, pois os menores salários estão nos estados e “há de se ver que reper-

cussão isso terá nas finanças”.

A CCJ ouviu ainda o presidente da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (Andes), Luiz Carlos Gonçalves Lucas; o representante da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), Eduardo Alves Carvalho; e o secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, que representou o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini.

Obstrução

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), obstruiu o andamento da audiência, ao protestar pela ausência do ministro da Previdência e contra o texto da reforma tributária, em votação na Câmara, que, disse, prejudica seu estado, o Amazonas. O líder do PDT, Jefferson Péres (AM), observou que a obstrução “é uma manobra parlamentar legítima” e disse esperar a presença do ministro na audiência pública de hoje à tarde.



Márcia Kalume

DEBATE A audiência pública também reuniu, além de senadores, representantes do governo, professores e aposentados

Mudança no subteto depende de negociação com governadores

O relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (PT-AC), afirmou ontem que a proposta que altera a legislação tributária “está provocando um verdadeiro impasse”. Por isso, acrescentou, “poderá haver atrasos” na reforma da Previdência, em tramitação no Senado. A votação final, conforme previu o senador, deve ocorrer por volta de 15 de novembro.

Tião Viana admitiu que os subtetos salariais e de aposentadoria no serviço público dos estados poderão ser alterados

no Senado. Ele confirmou que apresentará seu relatório amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas a negociação sobre os subtetos deverá ser feita posteriormente e envolverá negociação com os governadores.

Subteto

Para o relator, deverá ser mantido nos estados, como o maior salário do funcionalismo e dos aposentados, o percentual de 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o que representa

subteto de aproximadamente R\$ 15.600. Tião Viana quer discutir com os governadores se é possível estabelecer que o subteto no Poder Executivo estadual se limite ao salário do governador.

Emendas

A votação final da reforma previdenciária deverá ocorrer em torno do dia 15 de novembro, porque emendas de Plenário que tenham mais de 27 assinaturas de senadores exigirão que a proposta volte ao exame da CCJ por um período máximo

de mais 30 dias. “A senadora Heloísa Helena (PT-AL) diz que já tem emendas com mais de 27 assinaturas”, informou Viana.

O relator reafirmou que a proposta que chegou da Câmara dos Deputados é, a seu ver, “a mais interessante para o país”, mas admite que o Senado pode modificá-la. Caso isso ocorra, disse, poderá ser promulgada a parte da reforma que não sofrer alterações, sendo remetidas ao exame dos deputados só as mudanças feitas pelos senadores.



Terminou em impasse a reunião da Organização Mundial do Comércio, em Cancún (México). A questão dos subsídios à agricultura colocou frente a frente o G-21, liderado pelo Brasil, e os Estados Unidos e a Europa, mas a maioria dos senadores considera que o país mostrou firmeza ao rejeitar as tentativas de imposições das nações mais ricas

Senadores vêm liderança brasileira na OMC

Unânicos na condenação aos altos subsídios dados à agricultura pelos Estados Unidos e pelos países da União Européia, cinco senadores analisaram ontem o desfecho da Rodada Cancún da Organização Mundial do Comércio (OMC), encerrada no domingo passado no

México. Os subsídios impedem o Brasil de exportar US\$ 15 bilhões anuais em produtos agrícolas. Um dos três observadores do Senado na reunião, Jonas Pinheiro disse que a presença brasileira na liderança dos países em desenvolvimento impediu que houvesse retrocesso na

questão das barreiras internacionais. Hélio Costa, Pedro Simon e Renan Calheiros também elogiaram a participação brasileira e criticaram a intransigência dos EUA e da Europa. Osmar Dias acredita que a OMC se mostrou incapaz de resolver os conflitos entre seus membros.

HÉLIO COSTA



Foto: Roosevelt Pinheiro

Brasil prova que não vai aceitar imposições

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) parabenizou ontem a posição brasileira de pedir o fim dos subsídios agrícolas pelos países desenvolvidos na reunião da OMC, em Cancún. Segundo ele, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, mostrou que o país “tem liderança e não vai aceitar imposições” dos governos europeus e norte-americano a favor dos subsídios agrícolas.

Hélio Costa informou que os Estados Unidos destinaram US\$ 30 bilhões para esses subsídios no ano passado, enquanto os países da União Européia a eles destinaram outros US\$ 35 bilhões. Os dez produtos que o Brasil mais exporta para os Estados Unidos pagam, em média, uma taxa de 40%, enquanto os dez produtos que o Brasil mais importa dos EUA têm uma tarifa média de 14%.

O senador de Minas Gerais questionou como o Brasil irá conseguir vencer os desafios da globalização se não alcançar a paridade, com produtos manufaturados, na exportação de produtos agrícolas.

JONAS PINHEIRO

Presença evitou retrocessos nas negociações

Observador do Senado na Rodada Cancún da OMC, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) aplaudiu ontem a firmeza da posição brasileira à frente do Grupo dos 21 (G-21) países em desenvolvimento, mas admitiu que não houve avanços nas negociações. Apesar de o relatório final ter frustrado o G-21, “a presença magnífica do Brasil impediu que houvesse retrocessos”, conforme o senador.

– É verdade que os EUA e a União Européia nem sequer discutiram as emendas apresentadas pelo G-21, para diminuir seus subsídios agrícolas e abrandar as taxações violentas sobre nossas exportações. Mas também é verdade que impedimos que temas como serviços e obras públicas avançassem – observou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouvirá na quinta-feira os três senadores que estiveram em Cancún – o próprio Jonas, Heráclito Fortes (PFL-PI) e José Maranhão (PMDB-PB).



RENAN CALHEIROS



União do G-21 foi o resultado mais importante

O Brasil se transformou em uma espécie de porta-voz dos países menos favorecidos junto às maiores potências mundiais, afirmou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Apesar de reconhecer um fracasso nas negociações sobre o livre comércio, o senador comemorou a união dos países que integram o G-21.

– O texto final propunha o fim dos subsídios de forma gradual e só para alguns produtos, enquanto o Brasil e outros países prejudicados pleiteavam a eliminação rápida e completa. Por isso, o documento foi posto de lado – destacou Renan.

O líder do PMDB reafirmou o direito de os países emergentes adotarem políticas agrícolas e industriais adaptadas às suas realidades, com objetivos não puramente econômicos.

– Um dia o mundo terá de acordar para a realidade dos países menos favorecidos e tratar de igual para igual quem ainda não tem força, mas quer caminhar firmemente na direção do desenvolvimento – sustentou.

OSMAR DIAS

Reunião mostra que OMC está enfraquecida

Em nome do PDT, o senador Osmar Dias (PR) afirmou que a reunião da OMC fracassou, pois não conseguiu resolver “sequer um conflito de pequena ordem”.

– É lamentável que a OMC, uma instituição que deveria intermediar esses conflitos internacionais, seja tão fraca hoje – afirmou, acrescentando que a organização nem ao menos quis discutir a questão dos subsídios para a agricultura, um dos dez pontos em debate.

Segundo Osmar Dias, o PDT considera que o Brasil saiu como entrou na reunião, em contraste com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que considerou a Rodada Cancún positiva para o Brasil, porque os subsídios não irão diminuir, mas também não vão aumentar.

– Poderíamos estar exportando US\$ 15 bilhões a mais por ano não houvesse o alto grau de subsídio à agricultura. Isso é intolerável – reclamou o senador, lembrando que esses US\$ 15 bilhões criariam anualmente 900 mil novos empregos.



PEDRO SIMON



Delegação teve coragem para expor posição

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) felicitou a delegação brasileira em Cancún por sua postura durante as negociações, ao liderar outros 20 países em desenvolvimento na defesa do fim dos subsídios dos países ricos a produtos agrícolas. Fizeram parte da delegação os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim; da Agricultura, Roberto Rodrigues; do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; e o embaixador Rubens Ricupero.

– Desta vez não nos entregamos. Tivemos coragem para expor uma posição brasileira pela primeira vez, bem articulados com outros países em desenvolvimento – afirmou Simon, ressaltando que a proposta apresentada pelo Brasil teve conteúdo e consistência.

Para o senador, a Rodada Cancún deu mais respeito ao Brasil e expôs a posição dos países ricos, que, a seu ver, “não estão compreendendo o momento que o mundo está atravessando” e poderiam destinar parte de seus lucros às populações famintas.

Genildo Magêlo



MEMÓRIA Sarney (D) e Approbato (C) descerram a placa de inauguração do Museu Histórico da OAB

Sarney elogia novo museu da OAB

O presidente do Senado, José Sarney, compareceu ontem à noite à inauguração do Museu Histórico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que vai conservar e expor documentos e objetos importantes não só para a OAB, mas para a história do Brasil.

Sarney elogiou o acervo exibido aos visitantes e afirmou que quem não olha para o passado está condenado a ficar cego para o futuro.

– Um país só será um grande país com três coisas: os historiadores para olhar o passado; os políticos para tratar do presente, e os poetas para sonhar com o futuro.

Sarney também disse que um museu é sempre uma obra que tem a visão da história.

– Nada mais vivo que um museu. Só fica no museu aquilo que não morreu – afirmou.

O presidente da OAB, Rubens Approbato, agradeceu a colaboração do presidente do Senado, que ofereceu a ajuda de assessores da Casa, com experiência na área, para que a OAB pudesse montar o seu museu.

Entre os documentos expostos está o original do pedido de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, assinado em 1992 pelos então presidentes do Conselho Federal da OAB, Marcelo Lavenère Machado, e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho. Uma reprodução fiel da peça, parte de um processo de 200 páginas, ficará em exposição permanente no Museu.

Ali está também exposto um painel ilustrativo alusivo ao ato terrorista que, em 1980, resultou na morte de Lyda Monteiro da Silva, no Rio de Janeiro. A mesa onde morreu a secretária do presidente nacional da OAB à época, Eduardo Seabra Fagundes, ocupa lugar de destaque como símbolo de repúdio ao terrorismo e resistência à ditadura.

Consta também do acervo o *habeas corpus* impetrado por Sobral Pinto em favor de Harry Berger (acusado de subversão na ditadura de Getúlio Vargas), além de objetos pessoais de grandes juristas, como Evandro Lins e Silva e Seabra Fagundes. O museu foi instalado no térreo do Edifício OAB, no Setor de Autarquias Sul, em Brasília.

Senado realiza pregão pela primeira vez

Um pregão para aquisição de 1,5 mil microcomputadores e 64 monitores, que deverão ser distribuídos para diversos setores do Senado Federal, foi realizado ontem pelo Centro de Processamento de Dados e Informática (Prodasen). Esta foi a primeira vez em que a Casa recorreu a essa modalidade de licitação.

O processo é o inverso do ocorrido normalmente em outros tipos de licitações, em que primeiramente há a habilitação dos fornecedores para que, depois, seja feita a concorrência entre eles. No pregão, em primeiro lugar vem a concorrência, para posteriormente haver a habilitação do vencedor, o que torna o processo de aquisição mais rápido.



MENOR PREÇO Pregoeiro (E) participa da primeira disputa entre fornecedores do Senado, já na nova modalidade licitatória

– O pregão é como um leilão ao contrário. Ele permite um preço menor por abrir a possibilidade de negociação entre as partes e a concorrência entre os

fornecedores. Vence quem propõe o menor preço – explica Guilherme Ferreira, funcionário do Senado responsável pelo processo.

Suplicy aplaude nota do governo sobre Arafat

■ Reação brasileira às declarações de ministro israelense veio em boa hora, avalia o senador

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou o governo brasileiro pela reação imediata à declaração do vice-primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert. O dirigente israelense admitiu o possível assassinato do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, como uma opção para removê-lo do poder.

O parlamentar leu a declaração do Ministério das Relações Exteriores – divulgada na manhã de ontem – pela qual o governo brasileiro mostra apreensão pela decisão do gabinete de segurança israelense de considerar que Arafat seria “um obstáculo à paz que precisaria ser removido”. O Brasil afirma reconhecer no presidente palestino uma autoridade legítima



PROVAS Suplicy afirma que Israel ainda não provou que Arafat estimula o terrorismo

ma e diz que sua eliminação pode “comprometer irremediavelmente o processo de paz”. O governo brasileiro ainda defendeu a retomada de negociações pela paz.

O senador Eduardo Suplicy, que esteve no Oriente Médio este ano, disse que Israel afirma ter evidências de que Arafat seria “conivente, estimulador e até planejador de ações terroristas”, mas não mostra essas evidências.

Mão Santa vê falta de experiência no governo

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que falta ao governo Lula experiência administrativa para solucionar os principais problemas do país, especialmente nas áreas de saúde e educação. Ele atacou também a estrutura do governo, “grande demais e lenta” para fazer frente às demandas da administração.

– Eles (*os petistas*) nunca tinham governado. E para administrar é preciso estudar. A democracia é complexa e o governo não pode ser grande demais – afirmou o senador, que defendeu a extinção de alguns dos 30 atuais ministérios e a redistribuição dos recursos para áreas como saúde, educação e emprego.

Um exemplo da ineficiência administrativa federal citado pelo senador é a falta de recursos para pôr em funcionamento o hospital da Universidade Federal do Piauí, em Teresina. Segundo Mão Santa, faltam



SUGESTÃO Mão Santa propõe extinção de ministérios e redistribuição dos recursos

cerca de R\$ 60 mil para terminar a instalação da instituição. O atraso, assinalou, põe em risco R\$ 22 milhões em equipamentos hospitalares.

– Será que o governo não tem dinheiro para fazer funcionar uma instituição pública que serve aos estudantes e atende aos pobres? – questionou o senador.



PROGRAMA Papaléo esclarece que não haverá anistia, mas só redução de multas e juros

Amapá cria uma espécie de Refis, revela Papaléo

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) informou ontem que o governo do Amapá instituiu um programa de recuperação de créditos tributários em atraso, a exemplo do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) federal. Não se trata de anistia à cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como havia informado o senador João Capiberibe (PSB-AP), explicou Papaléo, dizendo que deve ter havido uma falha de interpretação por parte de Capiberibe.

De acordo com o senador, o governo estadual reduziu os acessórios (juros e multas) e parcelou o pagamento da dívida em ICMS, segundo procedimentos legais, pois o programa foi instituído por lei e não por decreto.

Papaléo disse que o programa amapaense tem por objetivo regularizar créditos adquiridos até o final do ano passado e não cobrados nas administrações anteriores. Conforme o senador, mesmo com a recessão econômica por que passa o país, a arrecadação de tributos no Amapá está em ascensão desde janeiro de 2003.

Rádio Difusora

Papaléo Paes homenageou a Rádio Difusora de Macapá pelos seus 57 anos de funcionamento. Além de reconhecer a importância sociocultural da emissora, o parlamentar assinalou o pioneirismo na divulgação de informação a todo o Amapá.

Segundo Papaléo, “já era passada a hora” de a emissora organizar um acervo fotográfico de seus pioneiros, reunido na Sala da Memória e Pesquisa, inaugurada nesse aniversário, fazendo, assim, justiça ao enorme papel social por eles desempenhado na comunidade amapaense.

TCU valoriza fiscalização do Congresso, diz Eduardo

■ Procurador do tribunal elogiou esforço moralizador do Parlamento em entrevista a jornal

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) agradeceu ontem em Plenário os elogios feitos pelo procurador-geral do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, ao papel que o Congresso tem desempenhado na fiscalização de obras irregulares. De acordo com o procurador, em reportagem publicada domingo no *Correio Brasileiro* sob o título “Milhões em obras irregulares”, é preciso elogiar o Congresso pela adoção da lista de obras irregulares como filtro obrigatório na aprovação do Orçamento.

Eduardo devolveu os elogios afirmando que o TCU tem cumprido com responsabilidade a função de fiscalizar obras do governo, referindo-se especialmente ao presidente do tri-



CONTROLE Eduardo reconhece o esforço do tribunal na fiscalização dos gastos públicos

bunal, Valmir Campelo, ao ministro Humberto Souto e ao procurador Lucas Furtado. Para o senador, as instituições têm aperfeiçoado gradativamente a fiscalização dos gastos públicos, citando como exemplo a Lei Camata, a Lei de Responsabilidade Fiscal e os processos de privatização.

De acordo com a matéria do *Correio* citada pelo senador, o governo está contemplando, no Orçamento de 2004, 73 obras consideradas irregulares pelo TCU no primeiro semestre de

Fotos: Rossetti Pinheiro

2003. Eduardo destacou especialmente a eclusa de Tucuruí, no Pará, com uma previsão orçamentária de R\$ 70 milhões. O senador disse esperar que as irregularidades apontadas na obra sejam sanadas. Embora reconhecendo sua importância, ele observou que a Usina do Lageado Luiz Eduardo Magalhães, no Tocantins, não recebeu nenhum centavo do governo federal e tem papel importante no escoamento da produção de soja de pelo menos três outros estados: Bahia, Mato Grosso e Maranhão.

O senador lamentou que a obra, apesar de regular, esteja parada, restando ainda concluir a eclusa da usina, que tornará 700 quilômetros do Rio Tocantins abertos à navegação. Ele lembrou que o presidente Lula já disse que “a pior obra é a obra parada”.

No discurso, Eduardo também parabenizou o governador do Tocantins, Marcelo Miranda (PSDB), por ter obtido 86% de aprovação em pesquisa de opinião do Instituto Brasmarket.



EMPRESA Agripino acusa o governo de usar Radiobrás para vender “versão federal dos fatos”

Agripino critica propaganda no Congresso

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), protestou ontem contra a propaganda do governo afixada na fachada do prédio do Congresso Nacional. Para ele, o governo ousou “desfigurar um cartão postal”, transformando-o num porta-estandarte de propaganda. Agripino disse não saber se o governo pediu pelo menos autorização ao Congresso.

– Propaganda de uma intenção do governo, um programa educacional que o governo diz que vai fazer – comentou, referindo-se ao programa Brasil Alfabetizado. O senador protestou ainda contra o que chamou de “remontagem da Radiobrás”. Conforme Agripino, a nova direção da empresa está demitindo funcionários de carreira e atraindo profissionais da iniciativa privada com altos salários. Ele lembrou que a Radiobrás é uma instituição que, ao longo dos anos, sempre prestou serviços de comunicação oficial ao cidadão.

De acordo com Agripino, a empresa agora pretende atingir cerca de 100 milhões de brasileiros. Na verdade, acrescentou, a Radiobrás quer chegar aos bolsões do Brasil com a versão do governo federal para os fatos, utilizando dinheiro público para isso.

O senador afirmou ainda temer que o governo esteja querendo reeditar o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) da ditadura do governo Getúlio Vargas (1930-1945). “Mas o povo acredita nas obras que vê e não no que o governo fala”, alertou Agripino, para quem os nove meses de governo petista ainda não mostraram nada de novo.

Conferência sobre trabalho defende redução da jornada, informa Paim

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), registrou sua participação, no final de semana, na Conferência Estadual do Trabalho do Rio Grande do Sul. Os participantes do encontro, informou o senador, demonstraram uma postura favorável a mudanças positivas para o trabalhador, a exemplo da redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas semanais, sem redução de salário, como forma de ampliar a oferta de emprego.

Paim lembrou que essa sugestão já é objeto de proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria, apresentada ao Senado. Outra preocupação expressa na conferência,



EMENDA Paim é autor de PEC para reduzir jornada de 44 para 40 horas semanais no país

relatou o senador, diz respeito a alterações no artigo 8º da Constituição federal, que dispõe sobre a liberdade de associação profissional ou sindical. Paim sustentou que o dispositivo, de cuja redação participou

durante a Assembléia Nacional Constituinte (1987-88), não será modificado.

Paulo Paim voltou a destacar decreto editado pelo ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, que garante acréscimo de 40% na contagem do tempo de serviço para fins de aposentadoria de quem exerce atividade periculosa, insalubre ou penosa.

O senador encerrou seu discurso assinalando a comemoração do centenário do Grêmio, de Porto Alegre, detentor de 33 títulos gaúchos, quatro Copas do Brasil, dois Campeonatos Brasileiros, duas Copas Libertadores da América, uma Recopa e um título mundial.

Renan apóia passeata Brasil sem Armas, no Rio

Autor de projeto que proíbe o comércio de armas no país, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) comemorou a realização da passeata Brasil sem Armas, que reuniu cerca de 45 mil pessoas, domingo

passado, no Rio de Janeiro. Ele disse acreditar que o movimento terá efeito positivo na tramitação do Estatuto do Desarmamento na Câmara dos Deputados.

– A legislação vigente é muito

permissiva e, mesmo que fosse cumprida, pouco faria para conter o tráfico de armas. Sem as mudanças propostas, o desarmamento vai continuar, com seu rastro de sangue por todo o país – afirmou.



DESPESA Segundo Virgílio, o esquema de informação oficial custa R\$ 90 milhões por ano

Virgílio critica propaganda do governo petista

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), conclamou ontem, em Plenário, os "setores relevantes" da sociedade a combaterem as ações do governo visando controlar a informação no país. Para ele, é preciso deter a escalada de ações que, ao custo de R\$ 90 milhões por ano, com noticiário oficial e gratuito, busca alcançar um público estimado em 100 milhões de pessoas.

Arthur Virgílio advertiu que "o autoritarismo devora os que estão no poder e humilha aqueles que estão sob suas ordens". Ele afirmou que o mesmo governo petista que tornou os projetos de reforma previdenciária e tributária verdadeiros "monstros" agora entra firme na nova era propagandística. "Faz inveja ao velho Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) dos anos 30 da ditadura Getúlio Vargas", disse.

O senador pelo Amazonas lembrou palavras do ex-deputado Prisco Viana, político que testemunhou 50 anos de vida pública no país, e definiu a nova estrutura da Radiobrás como "o DIP do século 21". Apesar disso, Virgílio acredita que o Palácio do Planalto "saberá que a população está atenta e observando que o governo está paralisado no que toca a realizações, mas gastando dinheiro a rodo com a máquina de propaganda oficial".

Virgílio citou reportagem do jornal *Estado de S. Paulo* dando detalhes da nova estrutura de propaganda do governo: 1.150 funcionários, ao custo de R\$ 90 milhões anuais na Radiobrás, mais 75 funcionários no Planalto.

– Quem dispõe desse instrumento, liga o rolo compressor e o povo, se puder, que saia de baixo. Nós do PSDB não ficaremos de braços cruzados.

Garibaldi pede apoio para o programa aeroespacial

Senador também defende verbas para base de lançamento da Barreira do Inferno, situada em seu estado

Ao lamentar a tragédia ocorrida em Alcântara (MA), quando morreram 21 brasileiros, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) conclamou o governo a não abrir mão do Programa Aeroespacial Brasileiro, por entender que se trata de um setor da ciência e da tecnologia essencial à soberania do país.

Ele ressaltou a necessidade de serem destinadas, também, verbas para o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte, especializado em foguetes de pequeno e médio portes. Criado em 1965, o centro já realizou mais de 2,7 mil lançamentos de



ESTRATÉGIA Setor é essencial para a soberania do país, afirma Garibaldi Alves

foguetes para organismos nacionais e internacionais, disse.

Garibaldi afirmou que os centros de lançamento da Barreira do Inferno e de Alcântara sempre trabalharam juntos, de-

envolvendo estratégias complementares. Conforme esclareceu, quando veículos espaciais de grande porte lançados pela base de Alcântara seguem trajetória para leste, tendem a se aproximar da Barreira do Inferno, onde seus técnicos participam do sensoramento remoto, para aumentar a confiabilidade das decisões a serem tomadas.

O senador assinalou ainda a necessidade de prosseguir o trabalho específico com o envio de foguetes da família Sonda. São lançadores de pequeno porte, utilizados para missões suborbitais de exploração do espaço e experiências tecnológicas, como estudos de alta atmosfera e transporte de cargas meteorológicas, explicou.

Serys apóia projeto que inclui cerrado e caatinga como patrimônio nacional

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) registrou a comemoração em 11 de setembro, pela primeira vez no país, do Dia do Cerrado, conforme decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "A data é emblemática do atual esforço governamental pela preservação do meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável do país", disse.

Reafirmando sua crença em dias melhores para a área ambiental, a senadora, que é presidente da Frente Parlamentar Mista do Desenvolvimento Sustentável, alertou para as ameaças sofridas pelo cerrado brasileiro, com a ocupação desordenada e a exploração predatória.

– Precisamos, com urgência, deter a crescente degradação desse rico bioma – ressaltou a senadora, defendendo a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 51/2003, do senador Demostenes Torres (PFL-GO), que inclui o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Produção

Serys assinalou que a área de cerrado constitui 23% do terri-



IMPORTÂNCIA Serys disse que pela primeira vez foi comemorado no país o Dia do Cerrado

tório brasileiro, integrando os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Tocantins, Bahia e Minas Gerais. Segundo informou, essa região abriga um terço da biodiversidade nacional, as nascentes das três principais bacias hidrográficas do país, além de vastíssima reserva de água subterrânea. Alvo do processo de expansão das fronteiras agrícolas do país, o cerrado se tornou grande produtor de grãos e outras culturas, mas, em contrapartida, amarga assoreamento de rios e erosão dos solos, observou.

destinados – lamentou.

Serys Slhessarenko também comentou sua participação no 3º Encontro Verde das Américas, realizado de 8 a 10 de setembro, no Rio de Janeiro, acrescentando que aguarda a divulgação do relatório final para apresentar um resumo do que foi discutido. Ela informou que estará em Belo Horizonte no próximo dia 26, para conhecer um projeto de resgate de carbono da atmosfera, e nos dias 3 e 4 de outubro, em São Paulo, em visita a projeto ambiental desenvolvido pela empresa Natura.

Gerson Camata comunica sua saída do PMDB

Ao anunciar ontem, em discurso no Plenário, seu desligamento do PMDB, o senador Gerson Camata (ES) justificou a decisão como uma reação ao que chamou de "assalto" ao partido no seu estado por pessoas envolvidas com o crime organizado. Camata disse que, depois de buscar influir no Judiciário, o crime organizado tenta agora "lançar seus tentáculos sobre a classe política". Segundo o parlamentar, a convenção do PMDB capixaba, realizada no último domingo, seria um exemplo disso.

Camata afirmou que foram eleitos para a Executiva Regional do partido pessoas contra as quais pesam graves acusações de improbidade. Ele informou que o eleito para presidente do diretório, deputado federal Marcelino Fraga, responde a seis processos judiciais. Conforme o senador, fazem parte ainda da Executiva Guerino Zanon, acusado de remeter verbas públicas para a faculdade de que é dono, e Wilson Haese, ex-secretário de Educação do estado, também acusado de desvio de verbas.

– Um movimento nacional está em andamento. O crime organizado começa a tentar penetrar e colocar tentáculos na política. A ex-deputada Rita Camata já se desligou e é com pesar que o faço. Durante anos servi ao partido, mas não posso continuar em uma legenda conspurcada. Camata disse lamentar pelos "peemedebistas honestos que permanecem". Eles, segundo o senador, terão dificuldades nas eleições municipais do ano que vem para explicar a presença em palanques de pessoas envolvidas em irregularidades.



REAÇÃO Camata argumentou que não poderia continuar em uma "legenda conspurcada"

Valmir Amaral sugere campanha para combater violência no trânsito



PREVENÇÃO Valmir Amaral quer incluir educação para o trânsito no currículo escolar

■ Além de mortes e invalidez, acidentes geram prejuízos de R\$ 2,2 bi por ano, lembra senador

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) chamou atenção para a necessidade de uma ampla campanha de combate à violência no trânsito, acompanhada por maior rigor na fiscalização. Ele também considerou importante a conscientização dos motoristas e a in-

clusão da educação para o trânsito nas escolas.

As sugestões, de acordo com o senador, têm por base pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que revela os danos decorrentes dos acidentes de trânsito nas áreas urbanas. Os prejuízos impostos à produção econômica em decorrência desses acidentes somam mais de R\$ 2,2 bilhões por ano, além das mortes e invalidez temporária ou permanente dos acidentados.

As perdas na produção acrescentam-se ainda o prejuízo re-

sultante dos danos a veículos e sinalizações e do resgate e tratamento médico das vítimas. Os dados, segundo Valmir, demonstram como a prevenção de acidentes tem um retorno econômico expressivo.

Segundo a pesquisa citada por Valmir, cerca de 71% dos acidentes com motocicleta apresentam vítimas. Seria imprescindível, na sua opinião, uma atenção especial à situação dos motociclistas, principalmente dos motoboys, que são estimulados pela profissão a dirigir em alta velocidade.



COBERTURA João Alberto defende substituição de palhas por telhas

João Alberto quer programa para moradia

Ao comentar que as casas cobertas por palhas ainda são uma realidade muito presente no interior do Brasil, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) sugeriu ao governo federal a implantação de um programa para a erradicação desse tipo de moradia. Ele estimou que para cobrir uma casa de tamanho padrão não seriam necessárias mais do que 1.400 telhas e mencionou que as telhas geralmente são produzidas na própria localidade ou em municípios próximos, o que baratearia a execução do programa.

– Não se trata de empréstimo de dinheiro. Bastaria fornecer as telhas. O trabalho da substituição da palha, os próprios interessados o fariam, com sua mão-de-obra, no seu interesse. Um programa com esse enfoque é barato para o governo e de extrema receptividade pelos interessados, pois estes sabem dos perigos que uma casa coberta de palha oferece – afirmou João Alberto.

Quando ocorre um incêndio em uma casa de palha, destacou, os prejuízos atingem não apenas a família que residia no local, que perde seu abrigo e o modesto patrimônio, mas também as prefeituras, órgãos do Estado, igrejas e hospitais, que são tradicionalmente procurados pela família desalojada.

João Alberto lembrou que muitas vezes os incêndios em casas de palha geram também a perda de vidas humanas, principalmente de crianças, obrigadas a permanecer na moradia enquanto os pais se ausentam para trabalhar ou providenciar alimentos para a família.

Fátima propõe maior segurança em transporte

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta da senadora Fátima Cleide (PT-RO) que confere ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) competência para determinar as especificações técnicas dos veículos que poderão ser utilizados no transporte público de passageiros. A intenção da senadora com o projeto (PLS nº 353/2003) é acabar com a controvérsia sobre quem tem a prerrogativa de tratar do assunto. A falta de uma legislação específica tem permitido, por exemplo, o uso indiscriminado de motocicletas no transporte de passageiros.

– Alguns entendem que, em vista do disposto na Constituição, somente os municípios têm o poder de determinar sobre essa utilização, e não competiria à União legislar sobre o tema. Outros argumentam que não podem fazer em virtude de os mototáxis não oferecerem segurança na prestação do serviço, conforme obriga a Lei de Concessões – explica a senadora na justificativa do projeto.

Prerrogativa

Para Fátima, a questão fundamental é a segurança dos veículos utilizados para transporte público. E como os assuntos transporte e trânsito são de competência legislativa privativa da União, caberia aos municípios apenas organizar os



CONTROVÉRSIA Projeto de Fátima Cleide visa definir competência para legislar

serviços.

– É importante que a União assuma suas prerrogativas e deveres constitucionais e regule o uso dos veículos, de forma a garantir segurança e conforto na prestação de serviços de transporte público – afirma a senadora.

Pelo texto da proposta, o Contran, baseado em critérios técnicos, editará periodicamente lista contendo as categorias e especificações técnicas dos veículos utilizados na prestação de serviços de transporte. O projeto será votado pela CCJ em caráter terminativo. Se aprovado na comissão, segue diretamente para a Câmara dos Deputados, sem a necessidade de votação no Plenário, a não ser que haja recurso de pelo menos nove senadores.

Roseana homenageia São Luís

A senadora Roseana Sarney (PFL-MA) registrou os 391 anos da cidade de São Luís, comemorados em 8 de setembro. Ela lembrou a história da cidade, fundada em 1612 por uma expedição francesa, destacando a arquitetura da capital, tombada pela Unesco em 1997 como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Roseana referiu-se também à beleza natural da cidade, localizada em uma ilha cujas praias e extensos manguezais abrigam diversificada fauna e flora marinha. A senadora afirmou que “a natureza foi pródiga com o Maranhão”.

Outra característica da capital maranhense, segundo Roseana, é a produção literária, pela qual a ci-



HISTÓRIA Roseana Sarney registra os 391 anos da capital maranhense

dade é considerada a “Atenas brasileira”. São Luís, lembrou a senadora, foi berço de escritores como Gonçalves Dias, Trajano Galvão, Sousândrade, Graça Aranha e Aluísio Azevedo, entre outros. Atualmente abriga Ferreira Gullar, Nauro Machado, José Chagas e o senador José Sarney, seu pai, membro da Academia Brasileira de Letras.



Sarney recebe Coral do Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu das mãos da maestrina Glicínia Mendes, Antonio Campagnolo, Cláudia Lyra, Tereza Mariz Tavares e Leda Ramalho, integrantes do Coral do Senado, um pacote com livros presenteados pela Livraria Ross, patrocinadora da 2ª Jornada de Interação Cultural Argentino/Brasileira, realizada em Rosário, dia 12 de setembro. O Coral do Senado apresentou-se no encerramento do evento.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Hélio Costa, Mão Santa e Papaléo Paes